

DF - educação

Sunab solta listão de escola punida

Mesmo aquelas que devolverem o que cobraram a mais serão autuadas

A Sunab deverá liberar, a partir de hoje, a relação dos estabelecimentos de ensino que serão autuados por não respeitarem a liminar federal que sustou os reajustes extraordinários nas mensalidades determinadas pelo Conselho Federal de Educação. As multas podem chegar a 100 unidades do Maior Valor de Referência (MVR) — um valor que em setembro alcança Cr\$ 600 mil — por cada aluno matriculado em escola infratora.

Segundo o superintendente regional da Sunab, Paulo Guimarães, os inspetores começam a concluir, ainda pela manhã, os relatórios sobre a rede de ensino particular. Desde o início do trabalho, que data de 30 de agosto último, 60 estabelecimentos foram notificados no sentido de prestarem maior informação à Sunab. Desse total, quatro escolas — Projeção, JK, Saci Pererê e Brasilei-

rinho — receberam auto de infração por não responderem à solicitação.

A multa mínima possível corresponde a um terço do MVR, mas Guimarães ressalta que a gravidade da infração — majoração de preços — indica que a fiscalização punirá com o valor máximo. Acredita que, o rigor da autuação levará as escolas ao cumprimento da liminar federal, caso contrário, correriam o risco de penas financeiras de vulto. "Imagine um colégio com 2 mil alunos e uma multa relativa a este corpo discente. Esse fato vai evitar que se lavrem muitos autos".

Para o diretor da Divisão de Inspeção de Ensino da FEDF, Júlio Gregório, é bem possível que a maioria das unidades educacionais seja autuada mesmo com a devolução da parcela cobrada a mais nas mensalidades anteriores. "Se as

escolas se negarem a devolver a quantia cobrada indevidamente o Conselho de Educação analisará cada caso em separado, buscando uma solução definitiva". Salientou que a Sunab mantém um convênio de fiscalização com o CEDF, mas não tem poderes para cobrar tal reposição.

O presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Luis Cassemiro, afirma que caso a escola não monte um esquema adequado de devolução da diferença "estará impedindo que a lei seja cumprida". Sérgio Pena, que tem dois filhos matriculados no Dom Bosco, diz que a direção do colégio enviou aos responsáveis uma "circular terrorista", onde anunciava uma possível derrubada da liminar federal. "Enfatizam que cobrarão a parcela com juros e correção monetária".

MARCOS HENRIQUE



Falta de servidores condena alunos a fazerem limpeza das salas de aula